

A educação popular como método de aprendizagem por meio dos movimentos sociais¹

Liria Ângela Andrioli*

Ronaldo Darós**

Walter Frantz***

Introdução

No modelo de organização da nossa sociedade, a educação ocupa um lugar de destaque estratégico. Isto não significa necessariamente algo positivo, visto que ela foi originalmente pensada para a manutenção do sistema comandado pelo capital e a ele tende a se manter fiel quando a sua práxis não traz o protagonismo das camadas populares. A educação tradicional, da forma como foi pensada, não possui o foco nos movimentos populares, na diversidade de indivíduos, pensamentos e identidades. Dito de outro modo, ela não foi concebida para incluir e, com isso, tende a ser um espaço reprodutor de desigualdades que investe no individualismo e na competitividade, ao mesmo tempo em que naturaliza a pobreza provocada pela desigualdade social.

Esta realidade inevitavelmente repete a tendência histórica de conceber a educação como ferramenta para o fornecimento de mão de obra ao trabalho. Vítima da pressão de interesses corporativos e políticos, ela acaba por moldar-se ao sistema dominante. Nesse espaço, a criticidade, a liberdade e a criação, não interessam a essa visão utilitarista.

Contemplar o público que historicamente foi marginalizado na sociedade é uma tarefa essencial para romper o ciclo de dominação do capital. A educação não é capaz

¹ Este texto traz um recorte da Tese de Doutorado defendido por Liria Ângela Andrioli.

* Doutora em Educação nas Ciências pela Unijuí. Professora da UFFS Campus Laranjeiras do Sul/PR.

E-mail: liria.andrioli@uffs.edu.br

** Doutorando em Desenvolvimento Regional na UTFPR. Mestre em Educação nas Ciências pela Unijuí.

Licenciado em Pedagogia pela PUC/RS.

E-mail: ronaldo.daros@uffs.edu.br

*** Doutor em Ciências Educativas pela Westfälische-Wilhelms Universität Münster (Alemanha).

Professor do Programa de Pós-Graduação em Educação nas Ciências, da Unijuí.

E-mail: wfrantz@unijui.edu.br

de colaborar com isso se não oportunizar a revisão e aplicação de suas práticas de acordo com os interesses das classes populares. A aproximação com os movimentos populares tenciona a aprender a lidar com os direitos coletivos. “Os movimentos sociais trazem os rostos coletivos das vítimas dessas desigualdades históricas. Reagem a tantos mecanismos de ocultamento. Trazem sua consciência, identidades coletivas” (ARROYO, 2014, p. 233). Por si só a educação não consolida o capital, mas é uma importante força para romper com essa dominação. A Educação Popular, ao priorizar a interação entre os sujeitos e o foco na coletividade, oferece condições para que as camadas populares estejam preparadas a interferir na realidade para modificá-la.

A partir disso, propomos a reflexão sobre a Educação Popular como método, ou seja, um caminho para a construção da autonomia. Por meio do processo da prática social e cultural e a reflexão da experiência é que cunhamos um método a partir da Educação Popular.

Conjuntura e trajetória da Educação Popular

O desenvolvimento de nosso país foi, ao longo dos últimos tempos, eminentemente pautado pela dimensão econômica. Isso acarretou muitas mudanças na sociedade que, de acordo com Paludo (2001), passou a vivenciar três fases nesse processo: mudança para um modelo de vida mais urbano do que agrário, afirmação da sociedade urbano-industrial e consolidação do projeto de modernidade que teve seu advento com o regime militar. Essas mudanças somente contribuíram para o aumento da desigualdade social entre a população brasileira, na qual a instrução era cada vez mais valorizada.

Nesse cenário, enfatizava-se o desejo de que a educação, e tão somente ela, fosse dar conta de resolver o problema social, pois para o projeto de modernidade ela representava ser a grande viabilizadora da formação dos cidadãos e cidadãs. Diante dessas condições, o(a) oprimido(a), sem a devida consciência de seu estado, aproximava-se de uma situação de conformidade social. Há de se considerar também, que até os anos 1960, o Projeto do Campo Democrático e Popular² tinha a Educação Popular e a Educação do Popular como sinônimas por terem os mesmos objetivos e princípios.

² Segundo Paludo (2001, p. 46) o “Campo Democrático Popular” representou “a articulação e congregação de forças políticas e culturais com capacidade de intervenção política e organizativa. [...] Além disso, o Campo Democrático Popular se orienta pela autonomia dos diferentes sujeitos sociais – Partido, Estado, Movimento – pelo rompimento de relações hierárquicas entre direção e base, pelas formas de participação direta do popular na reflexão, decisão, execução e controle das deliberações, enfatiza o caráter pedagógico das relações, apontando claramente para traços culturais inovadores”.

A partir da instituição do Projeto de Modernidade³, essas concepções acabaram por se distanciar e a Educação do Popular passou a ser efetivada como uma prática para manter e fomentar as relações que o modo de produção em questão requeria, servindo-o e acompanhando-o. Nesse contexto, como espaço de exercício contrário à hegemonia, cujo domínio supunha a aceitação de todos os pressupostos que fundam a ordem, desconsiderando os interesses particulares, aos poucos, a concepção de educação aliada à prática social ganhou espaço, visando à emancipação das classes menos favorecidas da sociedade.

Sua prática, entretanto, gerou constante tensão com a sociedade que possuía seus esforços em torno do capital, pois seus ideais apresentam elevado grau de contrariedade. Assim, a história da Educação Popular no Brasil passou a distinguir Educação do Popular de Educação Popular. Essa última surgiu como uma necessidade frente à construção de uma sociedade democrática em nosso país, vinculada às práticas educativas emancipatórias, realizadas junto às classes populares. “A origem da concepção de Educação Popular, dessa forma, decorre do modo de produção da vida em sociedade no capitalismo, na América Latina e também no Brasil” (PALUDO, 2012, p. 281). Suas raízes, contudo, têm a ver com contextos mundiais de enfrentamento ao capital.

A Educação Popular apresenta-se, assim, como uma prática social e que envolve culturas. Geralmente está mais próxima das camadas populares e se constitui nas experiências e cotidianos dos movimentos sociais. Não há, assim, uma definição única para a Educação Popular, já que sua concepção está atrelada a experiências de vida. Considera a realidade e o ser humano como um todo, em permanente construção e reconstrução, reinventa-se constantemente na e a partir das práticas. Torres (2007) sustenta que a Educação Popular se caracteriza por elementos constitutivos: a) propõe uma realidade crítica da ordem social vigente; b) tem em si uma intencionalidade política emancipadora; c) contribui para com os setores dominados e protagoniza mudanças sociais; d) proporciona a construção e a utilização de metodologias educativas dialógicas, participativas e ativas.

Paulo Freire é uma das referências dessa proposta pedagógica. Ele afirma que a educação é política, ou seja, não é neutra. Ela é política porque se contrapõe às lógicas do mercado capitalista. A educação, assim como se apresenta sendo um caminho para a autonomia, também pode vir a ser um instrumento de reprodução de valores na sociedade. O educador Paulo Freire (2001) cunha o termo “conscientização”, que para

³ Tem a ver com o processo de industrialização e de urbanização em nosso país. Esse projeto teve sérias consequências aos agricultores(as) e o acesso à educação.

ele é uma forma de (des)velar a realidade para melhor conhecê-la e transformá-la. Conhecer a realidade significa refletir acerca da real situação hegemônica em que nos encontramos a partir do sistema capitalista.

A sociedade atrelada a uma lógica capitalista nos faz crer que existe um pensamento fragmentado que naturaliza as condições sociais e faz com que incentive os seres humanos à individualidade e à competitividade. Santos (2010, p. 44) nos auxilia a compreender essa questão ao conceituar a globalização como fábula, estando imersa em um mundo que nos faz crer em um pensamento único e universal que vai conduzindo as nossas ações na sociedade em que vivemos.

É a partir dessa generalização e dessa coisificação da ideologia que, de um lado, se multiplicam as percepções fragmentadas e, de outro, pode estabelecer-se um discurso único do 'mundo', com implicações na produção econômica e nas visões da história contemporânea, na cultura de massa e no mercado global.

A globalização possibilita, desse modo, que haja um desemprego crescente e o aumento do número de pobres (pobreza é tratada com naturalidade). É explícita, nessa visão, que há uma centralidade em torno da questão financeira em detrimento da relação com o ser humano como um todo, com ideais propagados por grandes empresas e pela mídia. Nesse modo de pensar facilmente aceitamos como natural a divisão de classes sociais, e que há aqueles e aquelas detentoras de muito dinheiro e outros(as) que têm pouco. O que interessa, nesse contexto, são as condições econômicas que tenho, na instância individual, para satisfazer as minhas necessidades ostentando para os(as) outros(as) a minha condição social.

A consequência desse comportamento é um individualismo crescente que simplesmente coisifica e classifica como inferior o(a) outro(a). A relação social é mantida por um pensamento dominador, prevalecem prioritariamente os valores de poder e de injustiça social. O aspecto dialógico é negado e inexistente. Segundo Santos (2010, p. 46-47):

Os individualismos arrebatadores e possessivos: individualismos na vida econômica (a maneira como as empresas batalham umas com as outras); individualismos na ordem da política (a maneira como os partidos frequentemente abandonam a idéia de política para se tornarem simplesmente eleitores); individualismos na ordem do território (as cidades brigando uma com as outras, as regiões reclamando soluções particularistas). Também na ordem social e individual são individualismos arrebatadores e possessivos, que acabam por constituir o outro como coisa.

A coisificação humana é por si só uma forma de opressão. Opressão social, simbólica, de gênero, de classe e assim por diante são as consequências do sistema desigual, que prima pela competitividade e pela individualidade. Como, entretanto, podem ser criados meios de denúncia e modificação da cultura dominante instalada em nossa sociedade? Por que contrapor o princípio da lucratividade e da competitividade? Não seria mais cômodo permanecer como se está, mesmo que se esteja em um patamar de desfavorecimento a outrem? Como essas concepções podem ser ressignificadas? Nos dias atuais, quais são os desafios que essas concepções buscam concretizar?

A Educação Popular contrapõe-se à lógica capitalista da competição e da globalização na medida em que tem como propósito lutar por um mundo mais justo e igualitário, incluindo o ser humano e fazendo-o ser sujeito e protagonista da realidade social, criticizando-a. A Educação Popular sustenta-se em valores como dignidade e justiça social, primando pela dimensão integral do ser humano. Conforme Mejía (2012, p. 64):

Os educadores populares assumem esta como uma concepção educativa que tem suas práticas, conceitualizações, pedagogias e metodologias, mediante as quais fazem vigente sua proposta de indignação ética frente ao capitalismo atual e fazem uma proposta de emancipação e de transformação desta sociedade para construir uma mais humana e justa a partir dos processos educativos, mediante os quais realizam seu trabalho na sociedade.

De acordo com Paludo (2001), três grandes desafios parecem ser mais urgentes para os sujeitos envolvidos nas práticas educativas, sob a concepção de Educação Popular. O primeiro é o de superar resistências e de intensificar as trocas de experiências para, a partir desse movimento, ir construindo identificações gerais, sólidas e consensuadas em nível referencial, buscando fundamentar a própria concepção, sua vinculação com o projeto de futuro em constituição e qualificando as suas práticas. O segundo desafio é estabelecer novas formas de lutas, para conseguir que essa discussão seja feita pela sociedade para uma reflexão sobre qual projeto de educação e de civilização encaminhar. O terceiro é aprofundar o significado da educação, de como efetivá-lo nos processos educativos cotidianos para a construção dos projetos alternativos de desenvolvimento.

Educação Popular como um caminho de construção da autonomia

Em contraponto à globalização e na luta por uma sociedade mais justa e igualitária, encontra-se a Educação Popular. Direcionada para os interesses das camadas populares, ela pode ser entendida como um método que se fundamenta em uma pedagogia para a vida. Por ser uma prática social e cultural, a Educação Popular, vinculada às lutas dos movimentos sociais, pode se constituir como um caminho de construção da autonomia, já que possui uma intencionalidade emancipadora.

A Educação Popular constitui-se a partir das experiências de vida dos(das) participantes, fortalecendo o saber individual e coletivo sem necessariamente estar presa às amarras e aos ditames da globalização para com as relações sociais e humanas. Desse modo, na Educação Popular, conforme Torres (2013), falamos de paradigmas emancipadores. Isso quer dizer que, ao mesmo tempo em que fizemos uma leitura crítica da realidade, também nos posicionamos politicamente frente a isso e também pelo viés da prática social que culmina com os ideais de transformação da sociedade. Falar em construção da autonomia supõe reconhecer o potencial emancipatório das práticas e também do conhecimento gerado a partir da reflexão sobre ela.

Torres (2013) nos auxilia a compreender essa questão ao discorrer sobre critérios pedagógicos para formar pensamentos e subjetividades emancipadoras. Em primeiro lugar, é necessário ter curiosidade epistêmica e atitude problematizadora; em segundo, é posicionar-se criticamente diante da realidade; em terceiro lugar, é apreender o mundo de forma crítica, considerando a possibilidade de transformação; em quarto, é ter presente que possuímos uma herança cultural e social que, muitas vezes, impede a ação crítica; em quinto, é pensar, criticamente, em um esforço de ler o mundo por conta própria; em sexto, é refletir em torno de um pensar que envolve os sujeitos como um todo; em sétimo lugar, Torres sugere que a formação do pensamento crítico e de subjetividades acontece por meio de experiências coletivas; em oitavo, é destacada a reflexividade, ou seja, é ter uma atitude autocrítica diante das nossas ações; e por fim, é a necessidade de buscar uma coerência entre o pensar e o atuar, em uma relação permanente entre a teoria e a prática.

Ao nos referirmos a subjetividades emancipadoras, estamos nos referindo à categoria sujeito, que critica e, a partir de sua ação individual e coletiva, busca a transformação social. Maria da Glória Gohn (2013, p. 33) discorre acerca do sujeito, ressaltando que esse conceito

[...] confere protagonismo e ativismo aos indivíduos e grupos sociais, transformam-nos de atores sociais, políticos e culturais em agentes conscientes de seu tempo, de sua história, de sua identidade, de seu papel como ser humano, político, social.

Vale ressaltar que a constituição dos sujeitos se dá na e a partir das relações sociais, na interação com outros sujeitos. Isso implica dizer que, em função das relações estabelecidas em seu mundo, o sujeito também cria cultura. Nesse sentido, concordamos com Freire (2001, p. 43) ao discorrer que:

[...] o homem se cultiva e cria a cultura no ato de estabelecer relações, no ato de responder aos desafios que lhe apresenta a natureza, como também, ao mesmo tempo, de criticar, de incorporar a seu próprio ser e de traduzir por uma ação criadora a aquisição da experiência humana feita pelos homens que o rodeiam ou que o precederam.

Ao possibilitar uma relação social e cultural também está envolta uma relação dialógica, conforme preconiza Freire (2005, p. 192), uma relação entre “eu e tu”.

O eu dialógico, pelo contrário, sabe que é exatamente o tu que o constitui. Sabe também que, constituído por um tu – um não-eu –, esse tu que o constitui se constitui, por sua vez, como eu, ao ter no seu eu um tu. Desta forma, o eu e o tu passam a ser, na dialética destas relações constitutivas, dois tu que se fazem dois eu.

É por essa perspectiva que entra novamente em cena o conceito de coletivo, já que as relações são estabelecidas por um “nós”. Seres humanos diferentes, mas não desiguais passam a se constituir como sujeitos, protagonistas das lutas por uma sociedade mais justa. A Educação Popular se apresenta como um viés utópico, levando em consideração um compromisso histórico. A possibilidade de utopia está amparada em um inédito-viável, ou, então, em um sonho possível de ser realizado. Para Freire (2001, p. 32), “[...] o utópico não é o irrealizável; a utopia não é o idealismo, é a dialetização dos atos de denunciar e anunciar, o ato de denunciar a estrutura desumanizante e de anunciar a estrutura humanizante”.

É imprescindível, entretanto, levar em consideração que a utopia implica a conscientização. Conforme Freire (2001, p. 33, grifos do autor), “[...] a conscientização é o olhar mais crítico da realidade, que a *des-vela* para conhecê-la e para conhecer os mitos que enganam e que ajudam a manter a realidade da estrutura dominante”. À

medida que tivermos alcançado a conscientização, estaremos mais aptos e preparados para denunciar formas de opressão, ou, então, de anunciar possibilidades utópicas de um outro mundo possível. É a minha ação-reflexão acerca do mundo que possibilitam a conscientização em um movimento contínuo de ação-reflexão, reflexão da ação, ação a partir da reflexão. Freire caracteriza isso como sendo a práxis humana e que sem ela não se constitui um sujeito conscientizado. A práxis educativa é “ser mais”. Isso significa dizer que o(a) inferior não se vê mais como inferior e há uma insubordinação à opressão. O conceito de “ser mais” se aproxima da liberdade porque acaba com a subordinação. O sujeito, então, passa a ser autônomo e não mais objeto, ao ser sujeito na relação com outro sujeito, torna-se livre e emancipado. Ser livre significa ser mais humano.

Interferir na realidade para modificá-la é um dos pressupostos da Educação Popular. A partir do método problematizador da realidade social – ver, julgar e agir – pode-se avançar na concretização de uma nova realidade baseada em princípios de reciprocidade e igualdade. É a partir da denúncia de situações opressoras que começamos a modificar a sociedade. Milton Santos (2010, p. 20) nos desafia a pensar na “emergência de uma nova história”. Ter utopia é pensar além dos condicionamentos sociais e culturais, é posicionar-se frente às estruturas de dominação e de globalização, é colocar o “ser” acima do “ter”, é embasar-se em princípios de cooperação, em vez da competição. O desafio, de acordo com Milton Santos, pode ser na direção da

[...] obtenção de uma visão sistêmica, isto é, a possibilidade de enxergar as situações e as causas atuantes como conjuntos e de localizá-los como um todo, mostrando sua interdependência, [...] permitindo entender como cada lugar, mas também cada coisa, cada pessoa, cada relação dependem do mundo. [...] o que inclui uma apreciação filosófica da nossa própria situação ante a comunidade, a nação, o planeta, com uma nova apreciação de nosso papel como pessoa. É desse modo que, até mesmo a partir da noção do que é ser um consumidor, poderemos alcançar a ideia de homem integral e de cidadão (SANTOS, 2010, p. 169).

É fundamental nessa perspectiva romper padrões estabelecidos e trabalhar na perspectiva da multiplicidade das relações humanas. De acordo com Boaventura de Sousa Santos (2007), “[...] necessitamos construir a emancipação a partir de uma nova relação entre o *respeito da igualdade e o princípio do reconhecimento da diferença.*” (p. 62, grifo do autor). Desse modo e em contraponto às imposições econômicas, urge constituirmos uma pedagogia que esteja a serviço da vida e este deve ser um dos desafios centrais da Educação Popular. Por isso, concordamos com Frantz (2001, p. 14) quando afirma que:

Movimentos sociais, associações, cooperativas ou outras práticas sociais, podem constituir-se em lugares sociais privilegiados para a reconstrução do coletivo, dos laços sociais rompidos, de reconhecimento e identificação social dos indivíduos.

A Educação Popular, considerando sua origem em meio às lutas e movimentos sociais, tem essa grande diferenciação da educação formal, por exemplo. É por meio das suas práticas e da educação não formal que constituem-se relações contra-hegemônicas à ordem social vigente. É esse o papel transformador da Educação Popular, em que o ponto de partida é compreender a realidade social para transformá-la. Por intermédio da Educação Popular ainda há tempos de esperança, valores e atitudes podem ser ressignificados. A possibilidade de pensar o ser humano como um todo por si só já é uma forma de inclusão social.

Considerações finais

A Educação Popular como método se afirma pelo seu papel transformador de sociedade. Infere-se na realidade, para modificá-la. Implica valores e princípios em todo o seu processo de prática social. Utilizando-se desse método, os sujeitos da pesquisa também produzem conhecimento, ou seja, partem de sua realidade, de suas experiências de vida para produzir conhecimento. Refletir sobre a ação, em um movimento dialético entre teoria e prática também se constitui como uma forma de aprendizagem, de realização de uma pesquisa. Há ainda a preocupação em dar o retorno da pesquisa realizada na comunidade, propiciando a reflexão da ação.

O método articula, assim, diferentes tipos de conhecimentos, maneiras de fazer e de idear com vistas a transformações pessoais e coletivas, sempre imersas em um contexto social e cultural. De acordo com Streck (2015, p.14):

A educação popular tem se revelado um campo de experimentação e inovação metodológica não apenas em termos de ensino, mas também de pesquisa. Na medida em que fizer do seu trabalho investigativo tema de reflexão, sistematizando experiências e buscando o diálogo teórico com interlocutores de diferentes lugares epistêmicos, políticos e culturais, poderá consolidar-se como um campo específico referenciado numa prática com características próprias e também, desde aí, contribuir para o direcionamento e o fortalecimento da área da educação em geral.

Partir da realidade de uma experiência e dialogar teoricamente com diferentes interlocutores e interlocutoras a partir e acerca de uma prática social é uma forma de

método. Gamboa chama a atenção que, na pesquisa, é importante levar em consideração que a realidade é o objeto da pesquisa e os(as) investigados(as) são os sujeitos. “A realidade é um ponto de partida e serve como elemento mediador entre os sujeitos.” (GAMBOA, 2012, p. 45). Ao fazer a mediação com os sujeitos faz-se também a mediação com o mundo. Os sujeitos se encontram em uma realidade e por meio de uma relação dialógica e crítica a transformam.

O método se apresenta, assim, como um saber sistematizado, uma prática social e cultural refletida em sua ação e que expressa a construção de um conhecimento que está sempre em reconstrução a partir da tríade ação-reflexão-ação. É na expressão da experiência de vida, do cotidiano e de suas ações coletivas em movimentos e organizações sociais que a Educação Popular como método se constitui, gerando e oportunizando processos de emancipação.

Referências

- ARROYO, M. G. **Outros sujeitos, outras pedagogias**. Petrópolis: Vozes, 2014.
- FRANTZ, W. Educação e cooperação: práticas que se relacionam. **Revista Sociologias**, Porto Alegre, n. 6, jul./dez. 2001. Disponível em: <http://www.redalyc.org/pdf/868/86819569011.pdf>. Acesso em: 20 jan. 2022.
- FREIRE, P. **Conscientização: teoria e prática da libertação – uma introdução ao pensamento de Paulo Freire**. São Paulo: Centauro, 2001.
- FREIRE, P. **Pedagogia do oprimido**. 30. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2005.
- GAMBOA, S. S. **Pesquisa em educação: métodos e epistemologias**. Chapecó: Argos, 2012.
- GOHN, M. da G. Educação popular e movimentos sociais. In: STRECK, D.; ESTEBAN, M. T. (Orgs.). **Educação popular: lugar de construção social e coletiva**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2013.
- MEJÍA, M. R. **Educação e pedagogias críticas a partir do Sul: cartografias da educação popular**. Rio de Janeiro: NOVAMERICA, 2012.
- PALUDO, C. **Educação popular em busca de alternativas: uma leitura desde o campo democrático e popular**. Porto Alegre: Tomo, 2001.
- PALUDO, C. Educação Popular (verbete). In: CALDART, R. S. (Org.). **Dicionário da Educação do Campo**. Rio de Janeiro, São Paulo: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, Expressão Popular, 2012.
- SANTOS, B. de S. **Renovar a teoria crítica e reinventar a emancipação social**. São Paulo: Boitempo, 2007.
- SANTOS, M. **Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal**. 19. ed. Rio de Janeiro: Record, 2010.

Educação Popular: epistemologias, diálogos e saberes

A educação popular como método de aprendizagem por meio dos movimentos sociais

DOI: 10.23899/9786589284314.2

STRECK, D. Metodologias participativas de pesquisa e educação popular: reflexões sobre critérios de qualidade. In: 37ª REUNIÃO ANUAL DA ANPED. **Anais...** UFSC, Florianópolis, 2015. Disponível em: <http://37reuniao.anped.org.br/wp-content/uploads/2015/02/Trabalho-GT06-3532.pdf>. Acesso em: 20 jan. 2022.

TORRES, A. **La Educación Popular**: trayectoria y actualidad. Bogotá: El Búho, 2007.

TORES, A. A educação popular como prática política e pedagógica emancipadora. In: STRECK, D.; ESTEBAN, M. T. (Orgs.). **Educação popular**: lugar de construção social e coletiva. Petrópolis, RJ: Vozes, 2013.